



NOTA DE PESQUISA

CULTURAS DESVIANTES: as espacialidades das comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé – RO, Brasil

DEVIANT CULTURES: marginal community spatialities of the Vale do Guaporé – RO, Brasil

Avacir Gomes dos Santos

Doutoranda em Geografia - Instituto de Estudos Socioambientais/UFG.
Câmpus Samambaia (Câmpus II) – Goiânia-GO, CEP:74001-970
avagsantos@yahoo.com.br

Maria Geralda de Almeida

Prof^ª Dr^ª Orientadora - ESA/UFG
mgalmeida@gmail.com

Sou a matéria mole que vem procurar proteção em todas as formas duras, que vem, no interior de todo objeto, usufruir a consciência de estar protegido. (Bachelard, 2003)

1- Para início de prosa

As ordenações espaciais impostas em função do domínio do espaço em detrimento a apropriação espacial vivenciada pelas comunidades ribeirinhas amazônicas, provocam a invisibilidade desse grupo. Este fenômeno é a negação dos sujeitos sociais que por apresentam formas de *cultura desviante* do modo organização espacial dos grupos dominantes são considerados como empecilho ao desenvolvimento da região amazônica e do país.

A caracterização dos povos da floresta como empecilho ao desenvolvimento, tem como propósito a defesa de um novo projeto para Amazônia. Esta deixa de ser

concebida como *fronteira móvel* (Becker, 2007), pois a ocupação humana da Amazônia entra na fase de esgotamento. Agora é preciso promover a retirada, o empecilho humano, para que a floresta fique “vazia” a ocupação do gado, a soja, as usinas, rodovias e hidrovias à circulação e escoamento da produção.

Apesar do arcabouço teórico, legal e institucional, elaborados a partir dos projetos de ocupação, colonização e desenvolvimento da Amazônia, podemos aferir que esses não foram idealizados com o propósito maior de beneficiar os pequenos agricultores, as famílias pobres, os ribeirinhos, os caboclos, os extrativistas, os quilombolas. Eles foram pensados desde a gênese para atender os interesses do capital. No terceiro milênio esta lógica se perpetua.

Nesse contexto, ribeirinhos, colonos, agricultores, camponeses, seringueiros são os que, no passado derrubaram a mata, abriram picadas, sofreram e ainda sofrem as intempéries da natureza, morrem de malária ou de outras doenças endêmicas. Abandonados no meio da mata não tiveram acesso à educação, saúde e demais conquistas e benefícios sociais.

“Iludidos” pela propaganda governamental e forçados pelas mazelas sociais, os pequenos agricultores se endividaram com o banco, foram obrigados a vender ou abandonar a terra. Sem outra saída passaram a compor as levas de marginalizados urbanos. Eis que chega o grande empresário; e a terra “mãe gentil, pátria amada Brasil” está pronta a ser usurpada pelo capital em nome do bem comum.

Nesse sentido procuramos compreender como as comunidades “tradicionais” da Amazônia, frente ao emaranhado de concepções de mundo impostas em função da racionalidade do mercado, resignificam, recriam, reorganizam, reconfiguram as espacialidades por meio da relação entre sujeitos e espaços sociais.

As espacialidades resultam das práticas sociais, assim, estudá-las implica em compreender a organização do espaço como constitutivo das relações que os grupos humanos estabelecem entre si e com a natureza por meio de práticas espaciais subsidiadas pelas lógicas do espaço percebido, concebido e vividos.

2 - Parceiros desviantes: os ribeirinhos do Vale do Guaporé

Em vista da abrangência social e teórica relacionadas às comunidades “tradicionais” amazônicas, para o desenvolvimento da pesquisa optamos por estudar as comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé, localizado no Estado de Rondônia. Com base nos princípios éticos consideramos as pessoas envolvidas na pesquisa, não como objetos ou investigadores, mas como parceiros, colaboradores e amigos das trajetórias acadêmicas.

Dentre as comunidades ribeirinhas guaporeanas elegemos para estudo e desenvolvimento do projeto a “Comunidade de Jesus”, localizada a margem direita do Rio São Miguel do Guaporé, a 110 km município São Miguel do Guaporé, conforme representação cartográfica¹ abaixo:



A “Comunidade de Jesus” recebe essa nomeação em referencia a seu patriarca senhor Jesus Gomes do Oliveira, que tem 77 anos de idade. Vivem na localidade, em média, 40 pessoas, com exceção de dois genros e uma nora, os demais são descendentes do senhor Jesus: filhos, filhas, netos, netas, e bisnetas. A fonte maior de sustento do grupo é a agricultura de subsistência e a renda advinda do subemprego, realizado pelos filhas e filhos nas fazendas vizinhas da comunidade.

No ano de 2006, a comunidade conquistou o direito a terra, legitimada pela certidão de auto-reconhecimento como quilombola, emitida pelo Ministério da Cultura. Desde então foi acrescida este adjetivo ao grupo que passou a recebe a designação de “Comunidade Quilombola de Jesus”. No ano de 1959 o INCRA emitiu pela primeira vez o titulo da terra, especificando-a como pertencente ao Sr. Jesus Gomes de Oliveira².

A designação tanto de comunidades ribeirinhas quanto quilombolas são construções sociais referentes ao processo de colonização do Brasil. A constituição dos agrupamentos humanos denominados de ribeirinhos está diretamente relacionada à história de ocupação da Amazônia, no transcorrer do século XIX. Em 1877, levas de migrantes nordestinos foram “recrutadas” por seringalistas as áreas de seringais nas margens dos rios Amazonas: Negro, Madeira, Abunã, Ji-Paraná, Acre, Mamoré, Purus e Guaporé.

Nesse primeiro momento a ocupação da região amazônica será organizada das margens dos rios, para em seguida, se direcionar rumo à floresta. Esse movimento de ocupação da margem/centro foi motivado pela presença de grupos indígenas “hostis”, que ainda não haviam sido aculturados.

O final da Segunda Guerra provoca a decadência dos seringais. As comunidades que se constituíram ao longo dos rios amazônicos são esquecidas em detrimento de novos processos de ocupação e exploração da Amazônia, a consolidação dos espaços urbanos e intensificação da economia agropastoril.

No decorrer de um século de apropriação do espaço, vivenciada entre as margens dos rios e a floresta, o ribeirinho foi capaz de recriar novas espacialidades, marcadas por práticas espaciais, que se desviam da lógica do espaço percebido e concebido, para

¹ - A localização cartográfica da Comunidade Quilombola de Jesus não consta no mapa atual do Estado de Rondônia.

² - As informações específicas sobre a “Comunidade de Jesus” foram prestadas pelo nosso colaborado da pesquisa o Senhor Jesus Gomes de Oliveira, durante a primeira etapa do trabalho de campo realizado em fevereiro de 2009.

ordenação e consumo dos espaços das cidades.

Segundo o Dicionário Koogan/Houaiss (1988), ribeirinho é o indivíduo que se encontra ou vive próximo aos rios ou ribeiras. Mas que designação semântica o ser ribeirinho compreende uma cultura entre mundos, organizada na relação proximal com a natureza, nos espaços recriados entre o rio e a terra firme.

O rio é o elemento fundante das espacialidades na vida ribeirinha. Ele é fonte de sobrevivência. Dele os ribeirinhos retiram o principal alimento. Além da sobrevivência o rio garante a mobilidade do grupo. Pelo rio, o pescado é levado à cidade. As mercadorias das cidades chegam a comunidade. Pessoas se deslocam para outros locais. Mas que espaço de separação, o rio é espaço de união, encontro e reencontro.

O rio é espaço dos devanios, sonhos e significados da vida. O rio é elemento poético. Dele surgem as lendas, mitos, histórias, causos. Suas águas encatam os sonhadores. O rio se constitui como fonte socializadora entre as gerações.

Os ciclos da natureza, representados pelas cheias do rio, influem diretamente na dinâmica espacial. As casas de palafitas vão recuando da margem do rio. A reorganização espacial de casas, plantações e criações no período da seca é realizada como forma da comunidade se preparar para o tempo das cheias. Neste tempo, o rio arrasta o que encontra pela frente. O rio é repleto de significados. Elemento da vida, destruição, encontro, descontro, sonhos e vivências.

Frente essas configurações espaciais que caracterizam a vida ribeirinha, partimos do pressuposto que as comunidades beira rio se constituem em *culturas desviantes*, ao reorganizarem os arranjos espaciais por meio de lógicas de apropriação que fogem as concepções espaciais de controle e domínio do espaço imposto pelos grupos sociais dominantes.

3 – Parceiros das prosas teóricas

Os pressupostos teóricos contemplados no desenvolvimento deste projeto são aqueles que consideram a inter-relação entre humano, natureza, sociedade, cultura, religião, imaginário e espacialidades contidas no espaço: percebido, concebido e vivido.

Nesse grupo selecionamos autores que nos ajudarão a compreender o espaço geográfico como elemento fundante e aglutinador das próprias categorias: forma e

conteúdo, história e tradição, domínio e apropriação, corte e sutura, estratégias e táticas, lugar e não-lugar, pertinência e recusa, significante e significado, inclusão e exclusão, árvore e rede, presença e ausência, isotopia e heterotopia, vontade e desejo, devaneio e realidade.

A idéia do espaço como mediador entre forma e conteúdo foi defendido por Santos (1996). Para ele a forma garante visibilidade, o conteúdo, por sua vez, é o aspecto revelador dos usos, significados que corroboram a materialidade do espaço. A tese de Santos é uma releitura das proposições de Lefebvre. Segundo este autor,

Não há forma sem conteúdo. Não há conteúdo sem forma. Aquilo que se oferece a análise é sempre uma unidade entre forma e conteúdo. [...] A forma leva assim dupla “existência”. Ela é e não é. Só tem realidade nos conteúdos e, no entanto separa-se deles. Tem uma existência mental e uma existência social. (2001, p.87)

O espaço não é apriorístico, ele se revela por meios das disposições das formas. As formas não são vazias, mas repletas de conteúdos, os quais correspondem as espacialidades vivenciadas na prática cotidiana dos grupos sociais. Qualquer proposta de separação da forma e conteúdo, de acordo com Lefebvre, incorre num equívoco epistemológico e analítico, o que redundaria em puro formalismo academicista.

Outros autores ampliaram a compreensão do espaço como *ser para si*. Segundo Gomes, “o espaço se concretiza por meio da: disposição física das coisas e práticas sociais que ali são vivenciadas” (2006, p. 38). O espaço possui dimensão física: elementos naturais; dimensão social: práticas constitutivas e constituintes dos arranjos e configurações espaciais e dimensão simbólica: significados, sentidos, significantes, imaginários e representações culturais.

O espaço é amálgama da dimensão física, social e cultural. Resulta da interdependência entre a natureza humana e natureza física. O ser humano por meio das vivências objetivas e subjetiva é capaz de criar e recriar significações expressas nas práticas de espacialidades. Essa relação simbiótica é captada por Almeida,

O espaço, além de ser produto das atividades humanas, tem múltiplas valorizações e caracteriza-se por atributos funcionais, estruturais e afetivos. Espaço pode ser, então, considerado como o lugar onde homens e mulheres, ideologicamente diferentes, procuram impor suas representações, suas práticas e seus interesses. Cada espaço, tornando-



se social, está possuído de símbolos e afetividades atribuídos pelas pessoas. (2003, p. 71).

Com base nessas concepções é inadmissível pensar humano, espaço, tempo e natureza como realidades distintas. O indivíduo infere, cria, recria e interfere no espaço a partir das relações estabelecidas entre sociedade e natureza. Esta dispõe condições ao ser humano, as quais serão superadas por novas necessidades históricas.

O espaço é construção social, destarte, não se resume ao planejado e determinado pelo poder hegenômico. Para além dessas percepções o espaço é repleto de possibilidades de recriações contidas nas vivências humanas. De acordo com Frémont (1980, p. 251), “o espaço enquanto criação: supõe que ao domínio das limitações matérias se venha juntar o poder de dar vida a uma obra. Esta via difícil tende a substituir o ordenamento do espaço por uma arte do espaço. Pelo menos a acrescentar uma a outra”.

A compreensão do espaço social é contribuição de Lefebvre, no sentido de fazer avançar a teoria marxista que privilegiou as análises lógicas, histórica e econômicas nas formulações dos modos de produção. Para Lefebvre o espaço é, assim como o trabalho e capital, também elemento fundante das relações econômicas produzidas historicamente.

O espaço na concepção lefebvriana é constituído em três níveis: percebido, o concebido e vivido. Eles estão interligados, no entanto cada um possui seu próprio conjunto de significados. De acordo com Sahr: “espaço percebido” é vivenciado imediatamente e, às vezes, até fica sem interpretação cognitiva. Forma-se parcialmente contra as vontades dos moradores, baseado em linguagens impostas pelo próprio capitalismo” (2007, p 68).

No nível percebido o espaço é o *locus* da negação, do não-lugar, da coisificação, da heterotopia e desgaste cotidiano. No espaço percebido as relações sociais são esquizofrênicas. A liberdade é vigiada e controlada pelas formas de espacialidades determinantes de horários, espaços e ritmos do trabalho, alienado e alienante. Acorrentado pela formas do espaço percebido o ser humano nega sua essência.

No segundo nível, mas não separado da lógica do espaço percebido, se encontra o espaço concebido. Por meio deste se materializam as práticas de inclusão: isotopia e de exclusão: heterotopia. As ideologias resignificadas pelos planejadores urbanísticos: arquitetos, engenheiros, paisagistas e geógrafos convencem os indivíduos sobre os



espaços de domínio e espaço “consumidos” coletivamente. De acordo com Lefebvre: “em verdade, o que o urbanismo acaba promovendo e legitimando é uma redução da vida urbana ao mínimo” (2004, p. 10).

As comunidades ribeirinhas amazônicas em suas espacialidades fogem a lógica da ordenação espacial capitalísticas, elas se constituem em culturas desviantes. Os sujeitos ribeirinhos recriam, reconfiguram, remodelam, redesenham o espaço a partir de espacialidades que se desviam da lógica do espaço capitalista, materializado em projetos de colonização, que historicamente ignora e elimina a existência dessas comunidades.

É por meio do desejo de adentrar os espaços entre mundos: domínio e apropriação, matéria e imagem, cotidiano e cotidianidade, lugar e não-lugar, heterotopia e isotopia, real e devaneio, signos e significados e, forma e conteúdo do espaço concebemos as vivências espaciais das comunidades ribeirinhas como constituintes e constituidoras de culturas desviantes.

A geografia humana, pela mediação da abordagem cultural, estuda as vivências e práticas espaciais, pode conduzir o entendimento das espacialidades como materialidades, que recriam possibilidades tanto à manutenção quanto à transformação social, por meio do domínio do espaço ou da práxis espacial.

4- Caminhos metodológicos

Pensar as espacialidades humanas na totalidade: ser e objeto, conteúdo e forma, material e imaginário, unidade e contradições, determinismos e possibilidades requer a capacidade de se apropriar de referências teóricas e metodológicas que contemple a compreensão do espaço como reprodutor e produtor das relações sociais.

Destarte a especificação do método é mais que a enumeração de procedimentos realizáveis ao longo da pesquisa. Ela vem da resposta a questão, que o sábio Gato perguntaria antes de tudo: “aonde você quer ir?”. Ora se o pesquisador não sabe qual o problema, hipóteses, tese e aonde quer chegar qualquer metodologia lhe será útil.

Na concepção de Spósito, método é; “instrumento intelectual e racional que possibilita a apreensão da realidade objetiva pelo investigador” (2004, p. 23). Optamos por considerar o método pela mediação deste pressuposto interligado os demais elementos da pesquisa.



Nesse sentido para apreendermos os significados das espacialidades das comunidades ribeirinhas, uma *dialética espacial*, nos aparece no horizonte acadêmico como método capaz de auxiliar a busca de compreensão das lógicas espaciais dos grupos organizados por meio de *culturas desviantes*.

A *Dialética da espacialidade* é uma metodologia elaborada pela mediação dos pressupostos de Henri Lefebvre definidos no *método regressivo-progressivo*, o qual foi capaz de se desviar da imposição das análises das temporalidades em prol das espacialidades. Reelaboramos essa proposta metodológica a partir das especificidades do nosso campo de pesquisa, as comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé. Neste ínterim, recorreremos à contribuição de José de Souza Martins, para provermos os desdobramentos da *dialética da espacialidade*.

De início consideramos que a pesquisa na pós-graduação implica uma postura metodológica rigorosa materializada em duas dimensões: o método da pesquisa e o método da exposição. De acordo com Lefebvre: “a pesquisa deve “apropriar-se em pormenor” da matéria, do objeto estudado; deve analisar e descobrir as relações internas dos seus elementos entre si. O método de análise deve convir ao objeto abordado” (1970, p. 26-27).

O método de pesquisa é o momento de se adentrar a realidade do grupo pesquisado, a partir daquilo que é aparente a primeira vista. Neste momento é preciso elaborar o documentário dos elementos sociais pela sua identificação, separação e descrição. O empírico é desdobrado para o abstrato. A divisão dos aspectos observados é a chave do método de pesquisa. Ela promove o movimento entre a dedução, indução e abdução. Para Lefebvre: “a análise só divide os elementos para reencontrar as suas conexões, as suas relações internas no todo” (1970, p.28).

O método de exposição, segundo momento consiste na releitura da pesquisa a fim de reconstruir a realidade vivenciada pelos sujeitos, por meio do movimento dialético entre o real/empírico e abstrato. Lefebvre (1970, p.29-30), é incisivo quanto a este momento: “mesmo que a exposição dos resultados apresente o ar de uma reconstrução do objeto não passa de aparência; não se trata de construção ou reconstrução artificial, mas do encadeamento de frutos da pesquisa e da análise, a fim de recompor, no seu conjunto, o movimento (a história) do objeto”.



O método de pesquisa e o método de exposição não acontecem e nem tão pouco poderia acontecer de forma separada. Eles estão em condição de interdependência. A apresentação deles como distintos obedece apenas a uma exigência didática. Promover a pesquisa como etapas de trabalho numa seqüência linear e ininterrupta fere a lógica do movimento e do devir.

Para *Dialética espacial*, reelaborada com base no *método regressivo-progressivo*, definimos os seguintes procedimentos metodológicos: descrição horizontal, desconstrução vertical e, reconstrução da espacialidade.

O primeiro momento: *a descrição horizontal* da realidade social é realizada na descrição dos elementos visíveis. O visível aqui não se restringe a capacidade ocular. Todos os sentidos são postos à espreita na captura dos aspectos aparentes. O geógrafo cultural se faz com os pés no chão, ao lado dos seus colaboradores de pesquisa, sempre atento aos movimentos, às linguagens do corpo, a organização das paisagens, a disposição dos objetos, ao dito, ao silenciado, aos cheiros, aos sons, aos olhares, aos gestos, aos comportamentos, as práticas cotidianas. Tudo fala é preciso apreender ouvir.

A descrição horizontal não se desvincula da teoria. Quando se chega à pós-graduação o modo como se percebe os objetos, os sujeitos, processos e fenômenos já está mais do que formatado por meio de uma concepção de mundo que foi construída ao longo da formação acadêmica. Nesse momento, segundo Martins,

Cabe ao pesquisador reconstituir, a partir de um olhar teoricamente informado, a diversidade das relações sociais, identificando e descrevendo o que vê. O pesquisador procede mais como etnólogo. No momento da descrição o tempo de cada relação social ainda não está identificado. (1996, p. 21)

Reafirmamos que não existe prática desvinculada da teoria. A descrição horizontal não se resume a um enumerado infindo de dados desconexos, mas resulta de uma compreensão de mundo que acompanha o pesquisador desde a sua opção por determinada temática até a finalização do seu método de exposição.

No momento da *desconstrução vertical* os elementos que são descritos como aparentes, empíricos e objetivos passam pela desconstrução da normalidade e naturalidade. Nesse ínterim, o geógrafo cultural se adentra as águas profundas do que foi submerso pelo tempo histórico e capta a singularidade de cada processo. No espaço



vivido os sujeitos vivenciam práticas e processos com elementos da sua contemporaneidade, no entanto eles resultam de combinações espaciais e históricas que fogem a compreensão do imediato.

Nesse sentido, desconstruir é desfazer o que está dado *a priori* como pronto, acabado e naturalizado por meio das práticas sociais ou dos fenômenos da natureza. Na desconstrução vertical, de acordo com Martins (1996, p. 21), cabe ao pesquisador,

[...] adentrar-se na complexidade vertical da vida social, a da coexistência de relações sociais que tem datas desiguais. Nele a realidade é analisada, decomposta. Cada relação social tem sua idade e sua data. O que na descrição aparece simultâneo e contemporâneo é descoberto agora como remanescente de época específica.

A desconstrução vertical implica capturar a profundidade dos processos e das coisas. No entanto, é um equívoco acadêmico considerar os elementos das espacialidades como pertencentes apenas as horizontalidades e as profundidades referentes às temporalidades. Espaço e tempo são indissociáveis, junto compõe a síntese do devir. Não existe natureza e, nem tão pouco sociedade, fora do espaço e sem história. Cada momento tempo é vivenciado por meio de formas de configurações espaciais que não apenas reproduz, mas que também produz as relações sociais.

A *reconstrução da espacialidade* é o procedimento metodológico mais interligado ao método da exposição. É o momento de retorno ao espaço e tempo presentes, mas destarte com afirma Martins: “elucidado, compreendido, explicado” (1996, p. 22). Neste momento os elementos descritos inicialmente são apresentados de forma relacional as espacialidades e temporalidades compreendidas nas significações vivenciadas no espaço vivido.

As contradições, os conflitos, as diferenças, os acordos, as trajetórias, as negociações, as resistências, os desvios, confrontos, as reivindicações, as lutas, derrotas e conquistas sociais, no momento da *reconstrução signespacial* são apresentadas como resultante da relação que os grupos humanos estabelecem entre si e a natureza, pela mediação das concepções de mundo. Lefebvre é incisivo quanto a esta questão,

[...] as contradições na consciência e no pensamento subjetivos dos homens têm uma base *objetiva real*. Se há o pro e o contra, o sim e o não, é porque as realidades possuem, não apenas múltiplos aspectos,



mas também aspectos mutáveis e antagônicos. E então, o pensamento humano, que não consegue aprender num relance as coisas reais, vê-se forçado a tatear e a caminhar através das suas próprias dificuldades e contradições, a fim de atingir as realidades moveis e as contradições reais”. (1970, p. 25)

Desta forma os processos são espaciais e temporais, não se reduzem aos desejos das diversas categorias sociais, mas antes de tudo compõem a contradição e o movimento, essências do ser no mundo, os quais se manifestam na forma de organizar o espaço, contar o tempo e estabelecer relações com a natureza e demais seres humanos, tanto coletivo, individual e socialmente. A coisificação das espacialidades por meio dos determinismos promove, como decreta Lefebvre: “a alienação do homem em relação à sua obra, faz com apareça como coisa e objeto e não como sujeito de sua própria obra, de que apareça como objeto e não como objetivo do que faz” (1970, p. 20).

Na construção da narrativa expositiva o geógrafo cultural reconstrói a interação entre o espaço percebido, concebido e vivido. Nada de determinismo geográfico ou histórico. De acordo com Martins: “a volta à superfície fenomênica da realidade social elucidada o percebido pelo concebido, teoricamente define as condições e possibilidades do vivido” (1996, p. 22).

Diante disso, a dialética da espacialidade se completa por meio das dimensões teóricas do espaço percebido, concebido e vivido e da metodologia ternária, materializada dialeticamente na tese, *descrição horizontal*; na antítese, *descrição vertical* e, na síntese, *reconstrução da espacialidade*.

Pela mediação dessa forma de perceber, conceber, vivenciar e reescrever o espaço compreendemos que as espacialidades são construções sociais. Por conseguinte, fazer geografia vai além da descrição da paisagem, exige do geógrafo cultural a imaginação para sistematizar espacialidades, sintetizar culturas, compreender as lógicas dos espaços percebido, concebido e vivido é estar atento é predisposto a múltiplos movimentos: pensar dialeticamente, a partir das proposições científicas, se (en)volver nas vivências cotidianas e práticas sociais, retomar a análise sistematizada a fim de fazer aflorar a riqueza, complexidade e diversidade das espacialidades humanas, representadas por meio dos arranjos e configurações espaciais

5- Ferramentas da vida cotidiana



Por consideramos o espaço como a unidade contraditória das dimensões espaciais, temporais, sociais e culturais nos apropriamos de pressupostos metodológicos que além de priorizar a *descrição horizontal* sejam capazes de realizar *desconstrução vertical* e a *reconstrução das espacialidades* das comunidades ribeirinhas.

A pesquisa de campo, que se relaciona diretamente com a *descrição horizontal* está em andamento com o intuito de coletar informações para compor a descrição das práticas de espacialidades vivenciadas pelas comunidades ribeirinhas do Vale do Guaporé. No contato direto com este grupo além da observação da organização espacial realizamos entrevistas e o registro da história de vida dos moradores, a fim de perceber a multiplicidade dessas práticas presentes no espaço vivido.

Outra fonte de estudos serão os documentos oficiais, programas e projetos, desenvolvidos no decorrer da ocupação do Estado de Rondônia. Pela análise das fontes oficiais será possível compreender como espaço foi percebido e concebido para a apropriação do território rondoniense por meio do discurso institucional.

Os discursos escritos, narrados ou espaciais possuem materialidade e sentidos recorrentes. O geógrafo cultural busca compreendê-los para além das questões estruturais da lingüística. Ele considera também os aspectos geográficos, históricos, as condições de produção e a posição dos sujeitos no processo de produção, recepção e reprodução das práxis espaciais.

As comunidades, os grupos sociais, os fenômenos naturais e os fatos sociais são múltiplos em seus significados. É preciso enxergá-los, percebê-los e compreendê-los pelo calidoscópio das vivências sociais e não pelo binóculo da ciência. Querer ver o único, o igual, a parte, a forma, a matéria, o objeto, sem considerar a lei dos contrários é se perder nas tramas da pesquisa.

Referências

ALMEIDA, Maria Geralda de. Em busca do poético do sertão: um estudo de representações. In: ALMEIDA, Maria Geralda e RATTS, Alecsandro JP. (orgs) **Geografias Culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.

BECKER, Bertha. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.



FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

GOMES, Paulo César da Costa. Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. CASTRO, Iná Elias de e outros (org). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

KOOGAN/HOUAISS. Enciclopédia e Dicionário Ilustrado. Rio de Janeiro: Seifer, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O marxismo**. São Paulo/Rio de Janeiro, 1970.

MARTINS, José de Souza (org). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: HICITEC, 1996.

SANTOS, Nilton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SAHR, Wolf-Dietrich. Signos e espaço mundos – a semiótica da espacialização na geografia cultural. In: KOZEL, Saete e outros (org.) **Da percepção e cognição a representação: reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista**. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007.

SPOSITO, Eliseu Savério. A questão do método e a crítica do conhecimento. In: SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

Recebido para publicação em maio de 2009

Aprovado para publicação em julho de 2009